



06 A 09 DE MAIO DE 2015 - SANTA MARIA - RS

ISSN 2446-5542

A FILOSOFIA COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO E FORMAÇÃO POLÍTICA NOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Pedro Luiz de Azevedo Filho*

Adriane Schio Silva**

Resumo: O trabalho tem por objetivo demonstrar que o ensino de política no ensino médio a partir da filosofia vai além da mera discussão de um acervo de conteúdos e conceitos informativos. A filosofia deve ser utilizada para ajudar o indivíduo a ultrapassar as barreiras que impedem o desenvolvimento, a construção e a apreensão de experiências da própria vivência e do amadurecimento crítico característico da condição humana enquanto ser social. Dessa forma, o ensino da filosofia enquanto ferramenta política ajuda o adolescente no exercício da reflexão, assegurando a este, uma capacidade de decidir autonomamente e com consistência norteando sua prática e auxiliando-o na compreensão da razão de sua existência contextualizada historicamente no mundo que o cerca. Assim sendo, a filosofia contribui para o desenvolvimento intelectual do adolescente, transformando-o em um ser mais participativo social e politicamente, compreendendo seu papel de cidadão. A relevância da filosofia encontra-se em sua dimensão política para a formação da cidadania enquanto forma mais elevada de inserção social humana. Neste trabalho, as experiências efetuadas no exercício desta poderosa ferramenta dentro do ambiente escolar do ensino médio serão descritas.

Palavras chaves: Filosofia. Política. Cidadania. Desenvolvimento intelectual.

Introdução

A regulamentação do ensino de filosofia nas escolas do ensino médio se estabeleceu através da Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, a qual descreve que “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. É importante ressaltar a percepção dos educadores que asseveram os benefícios oriundos dessas disciplinas na formação intelectual dos alunos torna os estudos filosóficos essenciais, pois esses educadores partem da premissa que o refletir e o agir são cobrados de todos os homens. Ou seja, faz-se necessário que os indivíduos sejam detentores de uma concepção de mundo,

* Bacharel em Relações Internacionais - Estácio de Sá, Mestre em Relações Internacionais-CEBELA, Professor do Colégio Militar de Campo Grande. E-mail: pedroluizazevedo@gmail.com.

** Bióloga, Mestre em Biologia Vegetal-UFMS, Doutoranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária-UCDB, Professora do Colégio Militar de Campo Grande. E-mail: adrianeschio@gmail.com.

de uma linha de conduta moral e política que lhes assegure contracenar e interferir nas formas de pensar e interagir nas relações sociais de seu tempo histórico e político.

A filosofia, de modo particular, estimula o desenvolvimento do pensamento crítico, permitindo ao aluno experimentar a experiência da construção de um pensar crítico individualizado. Para tanto, cabe ao educador, a preocupação sobre a melhor forma de aplicação da filosofia para a formação de indivíduos capazes de desenvolver o pensamento abstrato que lhes permita compreenderem, analisarem e criticarem através de seu próprio ponto de vista as diversas situações que surgirão ao longo de sua existência como ser social e político.

Sob esse aspecto, a ampliação da concepção de política, compreendida como presente no cotidiano, permite o estabelecimento de uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social. Tal ampliação da noção de política, “enquanto um processo para a tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade permite ao aluno perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas” assim como, nos diversos grupos sociais que o cercam, seja a família, escola, clubes etc... (MEC, 2000).

1 Caracterização da filosofia enquanto instrumento político

Segundo Hannah Arendt, em sua obra “A condição humana”, descreve que o homem possui três atividades fundamentais que são: o trabalho, o labor e a ação.

O primeiro, o trabalho, é o que cria o mundo artificial. Ou seja, para Hannah Arendt “o trabalho de nossas mãos, fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano”, sendo que estas coisas, quando “devidamente usadas, elas não desaparecem, e emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez [que] sem as quais não se poderia esperar que ele servisse de abrigo à criatura mortal e instável que é o homem”. O trabalho cria o mundo artificial que difere do ambiente natural. Consequentemente, a condição “humana do trabalho é a mundanidade”, é o “artificialismo da existência humana”.

O segundo, o labor, que permite satisfazer suas necessidades biológicas e “nenhuma outra atividade é tão imediatamente vinculada à vida quanto o labor” e por esse motivo “é típico de todo labor nada deixar atrás de si”, visto que “o resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço [que] é despendido”. Essa atividade é resultante de todo o processo biológico necessário para o funcionamento do corpo humano.

Logo, a condição humana do labor “é a própria vida”, o seu instintivo crescimento do corpo, seu metabolismo e consequente declínio, estão relacionados com as próprias necessidades vitais “produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida”.

E o terceiro é a ação, que necessita da presença de outros seres humanos para existir. A ação é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria”. Dessa forma, todas as atividades humanas “são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens”. Hannah Arendt ressalta que somente os homens, e não o Homem, vivem nesta terra e habitam o planeta. Essa é a condição humana que corresponde à própria “pluralidade” dos homens. E essa pluralidade é essencialmente a “condição de toda a vida política”. Dessa forma, a política surge não no homem, mas sim entre os homens. A condição de liberdade e a diferenciação entre os homens tornam-se vitais para o surgimento do espaço entre os homens tornando assim possível a existência da verdadeira política. Logo, “o sentido da política é a liberdade”.

Cabe salientar que a pluralidade possui um duplo aspecto, o da igualdade e o da distinção.

No primeiro o caso, segundo Hannah Arendt, se os homens não fossem iguais não poderiam compreender uns aos outros, nem tampouco os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles.

No segundo o caso, a “política trata da convivência entre diferentes” e por causa dessas diferenças “os homens se organizam politicamente para [concatenar] certas coisas em comum essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. E por essa razão necessitam da ação e do discurso para se fazerem compreender.

Segundo Lafer, nós não nascemos iguais, mas, nos tornamos iguais como membros de uma coletividade em virtude de uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais. Assim sendo, a igualdade é construída, elaborada e convencionada através da ação conjunta dos homens a partir da organização de sua comunidade política. Por esse motivo se dá a indissolubilidade da relação entre o direito individual do cidadão de autodeterminar-se politicamente, em conjunto com os seus concidadãos, através do exercício de seus direitos políticos, e o direito da comunidade de autodeterminar-se politicamente, construindo convencionalmente a igualdade.

Ainda dentro dessa mesma linha de pensamento, identifica-se que somente a ação é

uma prerrogativa exclusiva dos homens. Nenhum outro animal, nem tampouco Deus é capaz de ação, assim como, somente a ação depende inteiramente da constante presença dos outros homens.

Para Hannah Arendt, é por meio da ação que o homem se insere no mundo. E, ao nascer o homem é um ser apolítico, visto que a política surge no “entre-os-homens”; portanto, totalmente fora dos homens. Logo, a política surge no “intra-espço” e se estabelece como relação. A política somente se concretiza através da ação e do discurso humano, assim sendo, a ação é “a atividade política por excelência”.

Segundo Aristóteles, “o homem é um animal político” e a política é o elemento essencial para caracterizar a vida como humana. Nas palavras de Hannah Arendt, “a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens”. Segundo a máxima filosófica, “nós não nascemos humanos, nós nos tornamos humanos” e, por fim, assumimos a autoria de nossa própria existência.

Hannah Arendt ressalta que, ao nascermos, chegamos a este mundo na “qualidade de estranhos” e que a ação, dentre as três atividades, é a que mais intimamente se relaciona com a condição humana de natalidade, visto ser ela capaz de construir a “categoria central do pensamento político”.

Lafer relembra que o homem possui a capacidade de dissentir e essa capacidade deriva da aptidão humana de agir em conjunto, graças a qual se gera o poder.

Nas palavras de Duarte “o poder existe apenas entre os homens, isto é, quando eles agem e discursam persuasivamente, deixando de existir no momento em que eles se dispersam, ou veem-se impedidos de reunirem-se livremente”.

Partindo desta premissa, torna-se importante dimensionar o erro de assumir “uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista como mera enganação”; especialmente pelo fato de que “negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação de todos nos diversos espaços da sociedade” (MEC, 2000).

Destarte, do ponto de vista semântico, cidadania e atividade política possuem o mesmo significado. Cabe então ao professor, demonstrar aos alunos a relevância do exercício dessa atividade tão importante para mediar as relações sociais que se encontram imersas em práticas políticas, visto que o nosso ser e o nosso existir não são realidades concluídas, mas sim um

“devir”, um constante vir a ser, sempre em processo de construção.

2 Metodologia

A metodologia aplicada assentou-se em uma pesquisa qualitativa baseada em estudo de casos. Os alunos deveriam estabelecer uma análise comparativa entre as teorias abordadas em sala de aula e os fatos sociais apresentados para o estudo de casos. O objetivo geral da pesquisa era que os alunos desenvolvessem a capacidade de análise crítica dos fatos que descrevem a realidade contemporânea, utilizando-se, para isso, dos referenciais teóricos constitutivos da filosofia política ministrados, anteriormente, em sala de aula.

A filosofia pode contribuir significativamente na formação do jovem do ensino médio em sua experiência existencial em direção à autonomia, conduzindo-o aos questionamentos sobre o sentido de seu existir, não obstante, considerando sua condição psicossocial.

É de vital importância levar o adolescente à compreensão da presença e da intervenção do poder social que perpassa todas as relações humanas, o que demanda evidenciar os valores políticos que permitam balizar seu agir social enquanto membro da sociedade.

A escola, ao investir na construção de cidadãos, acaba por articular o projeto político da sociedade. O domínio do conhecimento torna-se então fundamental para que os educadores articulem não somente com as teorias políticas, mas ajam de forma interdisciplinar.

Para a concretização dessa proposta, este trabalho fez uso, em sala de aula, de debates nos quais os conceitos e teorias filosóficas e políticas foram expressas, definidas e debatidas à luz da razão de seus criadores, sempre contextualizadas historicamente.

Para a comprovação de resultados junto aos alunos do segundo ano do ensino médio do Colégio Militar de Campo Grande em Mato Grosso do Sul, nos anos de 2014 e 2015, foram propostos trabalhos analíticos, nos quais, os alunos deveriam utilizar-se das teorias estudadas e debatidas em sala de aula visando esclarecer filosófica e politicamente um fato social contemporâneo relevante.

3 Resultados

A utilização da filosofia enquanto ferramenta para o ensino e formação de política para os alunos do ensino médio tem-se demonstrado eficaz em seus propósitos.

Essa pesquisa estabeleceu um rol de temas. Para debate-los e analisá-los, com base nas teorias estudadas, os alunos deveriam formar grupos, oportunidade de aprenderem, também, a lidar com as dificuldades oriundas dos diversos pensamentos antagônicos existentes dentro do próprio grupo e resolvê-las.

O exercício do debate e da análise, praticadas dentro de cada grupo, gerou um conjunto de textos, os quais delineavam as conclusões de cada grupo a respeito do tema dado. Após o recolhimento dos trabalhos realizados, passou-se ao processo de correção. Corrigidas as discrepâncias, o próximo passo foi estabelecer uma análise comparativa entre todos os trabalhos elaborados pelos grupos, com proposição de debates em sala de aula de forma coletiva.

Os trabalhos incluíam os seguintes temas:

- a acusação da inidoneidade que pesou sobre o Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil Joaquim Benedito Barbosa Gomes;
- o debate dos presidencialistas reivindicando a paternidade do programa bolsa família;
- a execução do brasileiro na Indonésia;
- a recusa da credencial do novo Embaixador da Indonésia por parte da Presidente Dilma Rousseff;
- Fernando Henrique Cardoso e sua análise a respeito do atual governo do Brasil, a qual ele mesmo descreve que o país enfrenta o que ele chamou de “uma crise moral”;
- a visão de Fernando Henrique Cardoso sobre um possível *Impeachment* de Dilma;
- Dilma alegando que os atos de corrupção na Petrobras deveriam ter sido investigados desde o governo de Fernando Henrique Cardoso; e
- os manifestos e protestos dos brasileiros contra o atual governo.

O resultado dessa pesquisa feita nos alunos do segundo ano do ensino médio do Colégio Militar de Campo Grande gerou diversos trabalhos analíticos relevantes.

Percebeu-se um significativo aprofundamento da capacidade analítica da maioria dos alunos da turma de 2015. Destaque especial teve os trabalhos realizados pelos alunos Marcelo Aurélio Chavez Aranda, Lucas Chagas Moroni Alvares, Henrique Soldi Navaro, Alysson Alves de Souza, Lucas Dias Borges Peres, Ana Elisa Lombardi Coura, Rillary Alexandra de oliveira Cechim, Luza Beatriz Bernart Gomes, Larissa Garcia Leal de Aquino Gonçalves, Marcelo Vinícius Soares de Almeida, Nathália Reis Pedrosa, Bruna Curvelo Muassab, Dinah Vitória dos Santos Madruga, Giovana Geraldini Chermont, Mateus Vinicius Tabosa Garcia,

Ana Gabriela Souza Lima, Beatriz Baes Xavier, Rafael Queiroz Gonçalves da Costa, Bruna Joffer de Brito, João Vitor Magalhães Fernandes, Juliana Weinrt de Lima, Rafaella de Mendonça Melgarejo, Marina Torres de Deus Rodrigues. Isadora Zanuto Chaves, Valdemy Ferreira de Santana Júnior, Patrick Muller Berguemmaier, Amanda Raíssa Corrêa da Cunha, Marcus Victor Felipe de Paiva e Ana Carolina Krachinski de Andrade Gama. Descrição feita com a permissão dos mencionados alunos.

Destaco ainda que muitos dos alunos da turma de 2014 vislumbraram a possibilidade de ascender para a carreira política. Neste ínterim, houve a oportunidade de alguns desses alunos participarem do Projeto Jovem Parlamentar do ano de 2014 com vistas a ser empossado no ano de 2015, processo este que elevou três alunos do Colégio Militar de Campo Grande ao cargo de Deputado Estudante, são eles: o aluno Danilo Erly Nogueira, o aluno Daniel Henrique de Menezes e a aluna Evelyn Cristina.

O Projeto Parlamento Jovem Sul-Mato-Grossense foi criado no ano de 2006 e regulamentado em 2007 e é de autoria do Ex-Deputado Estadual Antônio Carlos Arroyo. O projeto tem por objetivo promover a consciência política e a liderança entre os jovens e adolescentes. Este projeto seleciona alunos do 1º e 2º anos do ensino médio em escolas da rede pública e privada por meio de votação.

A seleção dos alunos candidatos a Deputados Estudantes ocorre através de um processo eleitoral. Após o período da campanha eleitoral feita pelos candidatos na busca de votos, acontece a votação na escola. Com a participação do Tribunal Eleitoral, o qual fornece as urnas eletrônicas, uma numeração para cada aluno candidato ao cargo e sob sua supervisão, é marcado o dia que ocorrerá a eleição.

Esses alunos após eleitos passam a fazer parte da Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet para absorverem os conhecimentos necessários ao exercício do cargo de Deputado Estudante. Após serem empossados, participam de votações, apresentam projetos de leis, que se apadrinhados por algum deputado estadual, podem se tornar leis estaduais.

Vale ressaltar que o aluno Danilo Erly Nogueira, pertencente ao Colégio Militar de Campo Grande, foi eleito pelos Deputados estudantes do Parlamento Jovem como Presidente do Parlamento Jovem e Presidente da Mesa Diretora abrindo e presidindo as sessões.

Conclusões

A complexidade do mundo contemporâneo exige de seus protagonistas a capacidade de compreender, investigar, problematizar e argumentar com as múltiplas realidades e problemas oriundos de sua própria existência.

A filosofia ao estar presente no currículo escolar do ensino médio permitiu aos adolescentes desenvolverem suas visões sobre as realidades humanas vividas não somente a partir do ponto de vista histórico-temporal, como também sob o ponto de vista sócio estrutural e político.

O grande desafio para o educador é conseguir conciliar as adversidades oriundas da diversidade sociocultural inerente aos alunos dentro de seus contextos existenciais, assim como caminhar sobre o esforço de não permitir que o diálogo filosófico transforme-se em um monólogo “estéril e infértil”.

Trata-se então de demonstrar, através da filosofia, que a política é a prática pelo qual os homens se relacionam entre si, sem confundi-la como sendo somente a história das ideias filosóficas. A partir desta ótica, esta pesquisa que tinha por objetivo o ensino e a formação política para os alunos do ensino médio demonstrou-se profundamente profícua em seus resultados.

Referências

ARENDT, H. **O que é política?** (editoria Ursula Ludz); Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch e Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. 2000a. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/LEI11684_2008.pdf>.